

Este número 4 da revista *Bagoas* traz artigos de autoras/es que participaram, como conferencistas ou integrantes, de mesas-redondas, do seminário “*Das margens aos centros: sexualidades, gêneros e direitos humanos*”, promovido pelo Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás, de 25 a 27 de setembro de 2008, em Goiânia, com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH – Presidência da República). O evento – programação disponível em www.sertao.ufg.br/seminario – reuniu pesquisadoras/es, gestoras/es públicas/os, artistas, estudantes, ativistas e interessadas/os em geral, comprometidas/os com a compreensão teórica e o debate público sobre gênero, sexualidade e direitos humanos, com ênfase na formulação de respostas sociais ao grave problema da homo-lés-trans-fobia e na garantia da cidadania das pessoas TTLBG¹ (transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays).

A decisão de publicar textos de participantes do seminário “*Das margens aos centros*” insere-se no contexto mais amplo de multiplicação de fóruns acadêmicos voltados à divulgação de pesquisas sobre sexualidade e gênero, promovidos por universidades de distintas regiões do país, a exemplo da VIII Semana de Antropologia da UFRN, intitulada “*Corpo, Saúde e Sexualidade*”, realizada em abril de 2009. Seguindo a trilha construída a partir dos estudos sobre gênero, as pesquisas sobre sexualidades dissidentes também vêm atraindo um número crescente de investigadores, além de estarem conquistando reconhecimento acadêmico crescente em programas de pós-graduação e em congressos científicos, como os da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e da Associação Brasileira de

¹ Usamos a sigla TTLBG, em vez das mais freqüentes LGBTT/GLBTT ou LGBT/ GLBT, com a intenção de explicitar e subverter certo homocentrismo que prevalece nos estudos acadêmicos e nos debates políticos sobre a cidadania e os direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil e no mundo.

Psicologia Social (ABRAPSO), entre outros, que têm reunido centenas de professoras/es, estudantes e pesquisadoras/es em movimentados e estimulantes grupos de trabalho. Além disso, deve ser destacada a consolidação de outros fóruns de interlocução acadêmica multidisciplinar, especificamente voltados para os debates sobre sexualidade, gênero e suas intersecções, a exemplo dos seminários “*Fazendo Gênero*” – que já vão para sua nona edição –, dos Encontros Nacionais Universitários da Diversidade Sexual (ENUDES) e dos congressos da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) – o quinto, previsto para 2010, ocorrerá na UFRN.

Nesse cenário, as universidades públicas brasileiras cada vez mais têm abrigado núcleos e grupos de pesquisa que reúnem professoras/es e estudantes interessados em produzir conhecimento voltado à construção de uma sociedade não-sexista, não-homo-lés-trans-fóbica e não-racista. Um exemplo disso é o trabalho desenvolvido por vários desses núcleos, a partir de apoio financeiro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD–MEC), com vistas à oferta de cursos de formação para professoras/es centradas/os na promoção da equidade de gênero e no respeito à diversidade sexual. Por outro lado, também deve ser registrado que a própria ampliação do número de núcleos de estudos mais diretamente envolvidos com a promoção da cidadania e dos direitos humanos de pessoas TTLBG, em diferentes universidades do país, contou em anos recentes com apoio financeiro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH – Presidência da República), no âmbito das ações do Programa “*Brasil sem Homofobia*”.

Isso não significa que as universidades tenham se transformado em espaços livres de homo-lés-trans-fobia e que o sistema educacional brasileiro seja um exemplo de promoção da cidadania sexual e da justiça erótica, para usar expressões preciosas da antropóloga Gayle Rubin. Ao contrário, todas as pesquisas recentes sinalizam que muito ainda precisa ser feito para que alunas/os gays, lésbicas e, especialmente, travestis e transexuais se sintam seguras/os em suas escolas e nelas encontrem possibilidades de auto-conhecimento, de fortalecimento de auto-estima e de ampliação de

seus horizontes pessoais e existenciais. Entretanto, alguns passos importantes vêm sendo dados, a exemplo da conquista recente, nos estados do Pará, Piauí e Goiás, do direito de alunas/os travestis e transexuais terem seus nomes sociais incluídos nas listas de frequência e em outros documentos escolares, como forma de diminuir a evasão escolar e criar mecanismos que estimulam o respeito de colegas e de professores a sua identidade de gênero.

Todavia, ainda encontram fortes resistências no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras Municipais a maioria absoluta dos projetos de lei que procura assegurar alguma modalidade de direito civil para pessoas TTLBG. Em nível nacional, por exemplo, há 14 anos aguarda votação o projeto de lei que institui a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, sem qualquer sinalização de que essa proposição ou outra equivalente venha a ser apreciada favoravelmente no curto prazo. Tudo indica que também não será aprovado no Senado Federal, em razão da atuação de parlamentares e grupos religiosos fundamentalistas, o projeto de lei que promove a equiparação entre racismo e homofobia, prevendo punição legal para práticas homofóbicas. Por outro lado, os projetos de lei que preveem a possibilidade de mudança legal de nome de pessoas travestis e de nome e registro civil de pessoas transexuais também enfrentam a ira transfóbica nada divina de quem acredita em “natureza” e em “natureza como destino”.

Mesmo diante desses impasses e dificuldades, realizou-se, em 2008, a Conferência Nacional LGBT, a partir da qual foi lançado, no primeiro semestre de 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, sendo prevista a criação do Conselho Nacional LGBT. Diante da fragilidade dos poderes Legislativo e Judiciário para definir um conjunto de ações que assegurem os direitos civis e humanos de pessoas TTLBG, o movimento social organizado, a partir de uma atuação *friendly* do Poder Executivo, passou a investir na elaboração de políticas públicas que promovam a cidadania das/os proscritas/os sexuais que questionam as normas de gênero e os imperativos heterossexistas. Porém, não é fácil transformar políticas de Governo em políticas de Estado, especialmente sem contar

com um arcabouço jurídico que assegure proteção inequívoca para a existência social de casais homem-homem e mulher-mulher e de pessoas que nascem com vaginas e definem-se como homens, ou com pênis e entendem-se como mulheres.

Nesse cenário, chamam atenção recorrentes dificuldades de diálogo e de interação entre representantes do movimento social TTLBG e de setores da academia que realizam pesquisa sobre homo-lés-trans-sexualidades. Isso já saltava aos olhos quando da constatação da completa ausência de representantes de universidades entre as/os participantes que tiveram status de expositor/a na mencionada I Conferência Nacional LGBT, a despeito do fato de alguns/mas poucos/as terem participado como “convidados/as observadores/as”. Tais dificuldades de interlocução também se fazem notar quando se observa a ausência de referências à contribuição das universidades no combate a contra a homo-lés-trans-fobia e na promoção dos direitos humanos de pessoas TTLBG na “*Carta de Belém*”, aprovada como documento final do III Congresso da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), realizado em Belém, em abril de 2009. Entretanto, há movimentos de aproximação em curso, ao se considerar, por exemplo, que, neste mesmo congresso, foi realizado o painel *Estudos de Gênero e estudos LGBT no Brasil: possibilidades e compromissos entre universidades e movimentos*, no qual ficou explicitado, a partir das intervenções das/os participantes, que o trabalho realizado nas universidades, por professoras/es e alunas/os, configura-se muitas vezes como uma modalidade de ativismo que também constrói pontes de interlocução com os poderes públicos e diferentes segmentos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais aberta, que respeite os desejos e as escolhas de pessoas TTLBG.

Mais recentemente, as dificuldades na construção desse diálogo parecem fundadas no aparente conflito entre política identitária e política *queer*, que ignora a necessidade de ampliação de alianças e de definição de novas estratégias de atuação, capazes de fazer frente à intolerância e ao ódio crescentes. Por um lado, intelectuais e acadêmicos muitas vezes questionam as estratégias

políticas adotadas pelo movimento TTLBG no trabalho de conscientização e enfrentamento da homo-lés-trans-fobia social e de Estado, por considerá-lo neoconservador ao reforçar a matriz heterossexual e os aprisionamentos identitários há muito apontados por Michel Foucault. Por outro, a produção de conhecimento e o ativismo realizado a partir das universidades também têm sido recorrentemente rechaçados pelo movimento TTLBG, por serem considerados alienados na crítica que fazem à política identitária e por seu elitismo no questionamento das relações clientelistas das ONG com o Estado.

Não parece haver dúvidas, todavia, a despeito dos conflitos e das disputas entre atores sociais diversos, de que, nos últimos anos, a democratização da gestão nos espaços do movimento social, das universidades e do Governo tem sido um primeiro passo importante para a garantia de direitos aos que não se enquadram nos parâmetros da moral sexual hegemônica. Porém, para que as políticas públicas no âmbito dos direitos sexuais sejam efetivas no Brasil, pelos menos outras quatro ações de grande impacto ainda precisam ser asseguradas: 1) garantir a laicidade do Estado; 2) descriminalizar o aborto, como uma questão de cidadania e de saúde pública; 3) aprovar a igualdade incondicional na esfera pública entre todos os casais, independentemente do sexo de seus integrantes e 4) possibilitar a todas as pessoas o direito de definirem sua identidade de gênero.

Que a leitura dos textos reunidos neste número 4 da *Bagoas* possa nos ajudar a compreender que nossas diferenças, nas margens-centros, são o que nos fazem mais sedutoras/es como pessoas e interessantes enquanto humanidade.

Luiz Mello
*Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFG -
Coordenador do Ser-Tão - Núcleo de Estudos e
Pesquisas em Gênero e Sexualidade - UFG*

Alípio de Sousa Filho
Editor